

Demonstrações Financeiras

Conglomerado Prudencial - China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

31 de dezembro de 2018

Sumário

Relatório da Administração	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	5
Relatório do Auditor Independente	7
Balanço Patrimonial	11
Demonstração do Resultado	15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstração dos Fluxos de Caixa	17
Notas Explicativas	18

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. “CCB Brasil” ou “Banco” submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os comentários aqui apresentados, exceto quando indicado de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil “BACEN”.

As Demonstrações Financeiras consolidadas com base no padrão internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.br.ccb.com.

A Subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Ambiente Econômico

No início do ano de 2018, a confiança na retomada da economia brasileira esteve amparada em importantes pilares macroeconômicos: queda da inflação e das taxas de juros, expansão, ainda que tímida, da concessão de crédito e da atividade produtiva. A greve dos caminhoneiros em maio e o período eleitoral no segundo semestre, impactaram em um ambiente de negócios volátil, predominante avesso ao risco. Todavia, os fundamentos econômicos ao fim do exercício se mostraram resilientes e com capacidade de absorver eventuais reveses.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, fechou 2018 em 3,75%, abaixo do centro da meta, e a taxa básica de juros (Selic) manteve-se estável em 6,50% a.a. A paridade Real – Dólar apresentou forte volatilidade ao longo de 2018. A mínima cotação no ano foi registrada em janeiro, quando alcançou R\$ 3,1392, enquanto a máxima foi registrada em setembro, ao atingir R\$ 4,1879. No término do ano, o dólar foi cotado a R\$ 3,8748, aumento de 17,11% na comparação com 2017.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,26 trilhões em dezembro de 2018, expansão de 5,46% em doze meses. Movendo-se com tendências distintas, o crédito com recursos livres expandiu 11,23% no ano e somou R\$ 1.582,70 bilhões, enquanto que o crédito direcionado recuou 0,62% no período e totalizou R\$1.503,0 bilhões. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 47,40% comparativamente a 47,20% no final de 2017.

Em 2018, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 58,45 bilhões, saldo inferior aos US\$ 67,07 bilhões apurados no ano anterior. As exportações somaram US\$ 239,68 bilhões (US\$ 217,81 bilhões em 2017) enquanto que as importações atingiram US\$ 181,19 bilhões (US\$ 150,73 bilhões em 2017).

O comércio do Brasil com a China em 2018 apresentou o saldo comercial de US\$ 29,48 bilhões, as exportações e as importações atingiram, respectivamente, US\$ 64,20 bilhões e US\$ 34,73 bilhões.

Para 2019, a economia brasileira encontra-se em uma posição favorável à retomada mais acelerada de crescimento. Inflação e juros em patamares historicamente mais baixos, famílias e empresas desalavancadas, taxas de inadimplência declinantes e espaço para expansão da oferta, com a utilização ociosa da capacidade produtiva, sem exigência de investimento num primeiro momento. O êxito de uma agenda de reformas estruturais tende a impactar positivamente na confiança dos empresários e consumidores, potencializando renda e emprego, um crescimento econômico mais forte e sustentável.

Desempenho

Os ativos totais atingiram R\$ 23.573,48 milhões no término de 2018, crescimento de 21,53% em doze meses. A expansão dos ativos está diretamente associada ao desempenho das operações de crédito, que alcançaram R\$ 9.130,10 milhões, volume 26,68% superior ao obtido no ano precedente. A carteira de crédito expandida, que inclui os avais e fianças, totalizou R\$ 10.688,75 milhões, crescimento de 23,37% no período. A originação de novos créditos enfatizou a seletividade por ativos de melhor qualidade, conforme preconiza o Plano de Negócios do Banco. O indicador de NPLs, que associa os créditos catalogados na faixa D-H ao portfólio total, alcançou 7,26% no término de 2018, patamar sensivelmente inferior a 11,98%, apurado em 2017. Os créditos corporativos representavam 81,61% do portfólio.

Durante o exercício de 2018, o desenvolvimento das atividades creditícias foi respaldado por volume apreciável de liquidez, o caixa livre posicionou-se acima de R\$ 3,5 bilhões, e no encerramento do exercício, o saldo estava situado em R\$ 3.587,4 milhões.

A Matriz provê recursos à Subsidiária conforme sua necessidade operacional; no fim de 2018, estes recursos representavam 47,75% da captação total, que somava R\$ 13.497,57 milhões, expansão de 10,79% ante 2017. O funding doméstico estava principalmente composto por depósitos R\$ 3.141,74 milhões e letras emitidas (LCA, LF E LCI), que somaram R\$ 1.190,74 milhões.

O patrimônio líquido no término de 2018 atingiu R\$ 1.597,65 milhões e o índice de Basileia 18,12%. O Banco apurou, no exercício, o resultado líquido negativo de R\$ 190,64 milhões, sendo R\$ 106,7 milhões relativos a créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais baixados.

Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 1.725,75 milhões, o que representa 18,74% do total de títulos e valores mobiliários.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2019).

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – Semestre e Exercício

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. – CCB, instituído em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil – BACEN e ao estatuto social da Instituição, é composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas: (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (incluindo o consolidado prudencial) relativas ao semestre e ao ano encerrados em 31 de dezembro de 2018, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como os apontamentos do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição. A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade adequada e com independência.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da Instituição.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, representantes dos acionistas e com Diretores da Instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas pelos Auditores Independentes.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) levantados pela PwC são: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) créditos tributários, ressaltando-se o fato da baixa parcial registrada, que ocorreu com a ciência do BACEN; e (iii) ambiente de tecnologia da informação. Esses assuntos foram discutidos com os responsáveis pela PwC, assim como outros, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do banco e suas controladas.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

auditadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Instituição. O Comitê de Auditoria chama atenção para a baixa parcial ocorrida no ativo fiscal diferido, em função do histórico de prejuízos, e das condições descritas na nota explicativa 26.

O relatório do Comitê de Auditoria e este resumo foram aprovados em reunião nesta data.

São Paulo, 25 de março de 2019.

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira
Presidente

Walter M. Machado de Barros

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - Conglomerado Prudencial

***Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução no 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Consolidado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Consolidado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 25 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Balanços Patrimoniais consolidados em 31 de dezembro em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	CONSOLIDADO PRUDENCIAL	
		2018	2017
ATIVO			
Circulante		7.818.228	6.403.326
Disponibilidades	4a.	40.427	93.107
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		2.830.360	249.499
Aplicações no mercado aberto	4b.	2.654.995	53.008
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	4.494	5.555
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	170.871	190.936
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		229.554	133.306
Carteira própria	5b.	59.464	84.700
Vinculados a operações compromissadas	5b.	101.265	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.	68.825	48.606
Relações Interfinanceiras		6.517	21.595
Depósitos no Banco Central		6.517	21.595
Operações de Crédito		3.273.984	3.810.214
Operações de crédito		3.457.018	3.945.660
Setor público	7.	-	9.779
Setor privado	7.	3.457.018	3.935.881
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(183.034)	(135.446)
Operações de Arrendamento Mercantil		(5.165)	(12.348)
Arrendamentos a receber - setor privado		14.573	13.352
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(14.573)	(14.830)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8.	(5.165)	(10.870)
Outros Créditos		1.417.927	2.070.147
Avais e fianças honrados		1.026	43.075
Carteira de câmbio	9.	1.151.415	1.676.652
Rendas a receber		10.778	20.823
Negociação e intermediação de valores		5.218	2.663
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	25a.	136.925	217.179
Diversos	10.	212.781	209.219
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(100.216)	(99.464)
Outros Valores e Bens		24.624	37.806
Despesas antecipadas		24.624	37.806

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Balanços Patrimoniais consolidados em 31 de dezembro em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	CONSOLIDADO PRUDENCIAL	
		2018	2017
ATIVO			
Realizável a Longo Prazo		15.620.064	12.843.384
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		909	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	909	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		9.424.165	8.515.737
Carteira própria	5b.	1.879.167	4.860.576
Vinculados a operações compromissadas	5b.	7.077.524	3.173.541
Vinculados a prestação de garantias	5b.	90.797	232.787
Instrumentos financeiros derivativos	6.	376.677	248.833
Operações de Crédito		4.093.833	2.203.626
Operações de crédito	7.	4.330.881	2.432.164
Setor privado		4.330.881	2.432.164
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(237.048)	(228.538)
Operações de Arrendamento Mercantil		(6.876)	(8.779)
Arrendamentos a receber - setor privado		19.400	12.649
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(19.400)	(10.990)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8.	(6.876)	(10.438)
Outros Créditos		1.850.833	1.826.811
Rendas a receber		1.950	3.031
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	25a.	997.778	922.947
Crédito presumido - Lei 12.838/2013	25b.	307.981	333.301
Diversos	10.	550.719	577.636
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(7.595)	(10.104)
Outros Valores e Bens		257.200	305.989
Outros valores e bens	11.	410.272	423.389
Despesas antecipadas		9.987	25.482
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	11.	(163.059)	(142.882)
Permanente		135.187	151.249
Investimentos		3.093	3.206
Participações em controladas - no país		2.448	2.561
Outros investimentos		1.135	1.135
Provisão para perdas em investimentos		(490)	(490)
Imobilizado de Uso	12a.	42.739	51.776
Imóveis de uso		85.629	92.155
Outras imobilizações de uso		31.640	32.856
Depreciações acumuladas		(74.530)	(73.235)
Imobilizado de Arrendamento		70.461	65.954
Bens arrendados		92.216	117.732
Superveniência de depreciação		19.173	17.533
Depreciações acumuladas		(40.928)	(69.311)
Intangível	12b.	18.894	30.313
Ativos intangíveis		126.562	124.357
Amortização acumulada		(107.668)	(94.044)
Total do Ativo		23.573.479	19.397.959

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Balanços Patrimoniais consolidados em 31 de dezembro em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	CONSOLIDADO PRUDENCIAL	
		2018	2017
PASSIVO			
Circulante		18.258.851	14.046.264
Depósitos	15.	2.829.248	2.892.409
Depósitos à vista		84.318	86.472
Depósitos de poupança		3.241	7.393
Depósitos interfinanceiros		105.937	312.847
Depósitos a prazo		2.635.752	2.485.697
Captações no Mercado Aberto	16a.	6.835.034	3.138.816
Carteira própria		6.640.839	3.138.816
Carteira de terceiros		194.195	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		744.609	199.335
Recursos de letras emitidas	16b.	744.609	199.024
Letras de crédito imobiliário		41.943	37.021
Letras de crédito de agronegócio		562.419	134.198
Letras financeiras		140.247	27.805
Recursos de aceites cambiais		-	311
Relações Interdependências		31.184	5.661
Recursos em trânsito de terceiros		31.184	5.661
Obrigações por Empréstimos	17.	6.659.258	6.182.481
Empréstimos no exterior		6.659.258	6.182.481
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.	128.887	41.701
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		124.696	35.561
Ministério das Cidades		4.191	6.140
Obrigações por Repasses do Exterior	17.	22.688	76.226
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	14.730	3.377
Instrumentos financeiros derivativos		14.730	3.377
Outras Obrigações		993.213	1.506.258
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		392	244
Carteira de câmbio	9.	43.996	1.047.023
Sociais e estatutárias		19.416	10.704
Fiscais e previdenciárias	19.	249.186	176.633
Negociação e intermediação de valores		5.245	4.699
Dívida subordinada	22a.	505.870	15.161
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	22b.	7.052	16.403
Diversas	20.	162.056	235.391
Exigível a Longo Prazo		3.700.672	3.536.481
Depósitos	15.	314.834	283.292
Depósitos interfinanceiros		27.678	29.972
Depósitos a prazo		287.156	253.320
Captações no Mercado Aberto	16a.	193.868	-
Carteira de terceiros		193.868	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		446.129	152.210
Recursos de letras emitidas	16b.	446.129	152.210
Letras de crédito imobiliário		2.839	921
Letras de crédito de agronegócio		41.604	19.910
Letras financeiras		401.686	131.379
Obrigações por Empréstimos	17.	84.334	268.824
Empréstimos no exterior		84.334	268.824
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.	4.883	-
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		4.883	-
Obrigações por Repasses do Exterior	17.	44.226	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	7.233	1.775
Instrumentos financeiros derivativos		7.233	1.775
Outras Obrigações		2.605.165	2.830.380
Fiscais e previdenciárias	19.	5.123	4.383
Dívida subordinada	22a.	1.049.173	1.352.860
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	22b.	658.716	551.978
Diversas	20.	892.153	921.159

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Balanços Patrimoniais consolidados em 31 de dezembro em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

		CONSOLIDADO PRUDENCIAL	
	Nota	2018	2017
PASSIVO			
Resultados de Exercícios Futuros	23.	16.310	26.462
Patrimônio Líquido	24.	1.597.646	1.788.752
Capital Social		2.956.864	2.956.864
De domiciliados no país		2.956.864	2.956.864
Reservas de capital		899	899
Ajustes de avaliação patrimonial		2.220	2.682
Prejuízos acumulados		(1.307.232)	(1.116.588)
(-) Ações em tesouraria		(55.105)	(55.105)
Total do Passivo		23.573.479	19.397.959

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Demonstrações consolidadas do resultado

Exercícios e semestres findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação do capital social)

		CONSOLIDADO PRUDENCIAL		
		2º Semestre	Dezembro	Dezembro
Nota		2018	2018	2017
Receitas da Intermediação Financeira		868.636	2.566.363	2.256.760
Operações de crédito	26a.	461.461	1.423.611	1.168.111
Operações de arrendamento mercantil		1.898	4.282	13.749
Resultado de títulos e valores mobiliários	26b.	346.038	832.191	795.588
Resultado de câmbio	26d.	54.325	203.778	95.205
Resultado de aplicações compulsórias		8	39	144
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		4.906	102.462	183.963
Despesas da Intermediação Financeira		(803.616)	(2.385.458)	(1.978.017)
Captação no mercado	26e.	(394.983)	(954.609)	(897.987)
Empréstimos, cessões e repasses	26f.	(158.096)	(1.250.542)	(239.222)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	26c.	(70.114)	228.910	(358.603)
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		-	(19.730)	(139.935)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.	(180.423)	(389.487)	(342.270)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		65.020	180.905	278.743
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(166.566)	(213.314)	(522.474)
Receitas de prestação de serviços		21.505	45.463	60.508
Rendas de tarifas bancárias		1.610	2.543	5.070
Despesas de pessoal	26i.	(95.680)	(182.134)	(260.184)
Despesas tributárias	26k.	(12.432)	(23.889)	(34.128)
Resultado de participações em controladas		(591)	(1.337)	(807)
Outras despesas administrativas	26j.	(71.178)	(138.372)	(157.091)
Outras receitas operacionais	26g.	233.531	408.613	233.669
Outras despesas operacionais	26h.	(243.331)	(324.201)	(369.511)
Resultado Operacional		(101.546)	(32.409)	(243.731)
Resultado não operacional	26l.	(31.129)	(27.324)	(56.425)
Resultado Antes da Tributação		(132.675)	(59.733)	(300.156)
Imposto de renda	25d.	(40.367)	(79.415)	(88.368)
Contribuição social	25d.	(23.671)	(46.074)	(58.134)
Ativo fiscal diferido	25d.	(24.615)	(5.422)	(302.902)
Prejuízo Líquido do Semestre/Exercício		(221.328)	(190.644)	(749.560)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido Exercícios e semestres findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a realizar	Ações em Tesouraria	Reservas de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	Participação de não controladores	Total
					Ágio na subscrição de ações					
Saldos ajustados em 01 de janeiro de 2017	1.554.886	145.000	(3.738)	(55.105)	24.956		(1.700)	(366.533)	37.993	1.335.759
Ajuste de exercícios anteriores - coligadas	-	-	-	-	-		-	(495)	-	(495)
Aumento de capital em espécie	24a. 1.401.978	(145.000)	3.738	-	1.103		-	-	-	1.261.819
Resgate de ações	24b. -	-	-	-	(25.160)		-	-	-	(25.160)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-		4.382	-	-	4.382
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-		-	(749.560)	-	(749.560)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-		-	-	(37.993)	(37.993)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.956.864	-	-	(55.105)	899		2.682	(1.116.588)	-	1.788.752
Mutações do exercício	1.401.978	(145.000)	3.738	-	(24.057)		4.382	(750.055)	(37.993)	452.993
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.956.864	-	-	(55.105)	899		2.682	(1.116.588)	-	1.788.752
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-		(462)	-	-	(462)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-		-	(190.644)	-	(190.644)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.956.864	-	-	(55.105)	899		2.220	(1.307.232)	-	1.597.646
Mutações do exercício	-	-	-	-	-		(462)	(190.644)	-	(191.106)
Saldos em 01 de julho de 2018	2.956.864	-	-	(55.105)	899		2.239	(1.085.904)	-	1.818.993
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-		(19)	-	-	(19)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-		-	(221.328)	-	(221.328)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.956.864	-	-	(55.105)	899		2.220	(1.307.232)	-	1.597.646
Mutações do semestre	-	-	-	-	-		(19)	(221.328)	-	(221.347)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa (método indireto)

Exercícios e semestres findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	CONSOLIDADO PRUDENCIAL		
	2º Semestre 2018	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do período	(221.328)	(190.644)	(749.560)
Ajustes ao Lucro / Prejuízo	170.453	232.716	737.731
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	180.423	389.487	342.270
Depreciações e amortizações	6.621	13.610	19.418
Provisão outras	23.368	20.265	47.992
Provisão para contingências e fianças prestadas	16.581	50.583	118.207
Provisão para empréstimos vinculados (nota 26g)	(108.578)	(246.345)	(152.244)
Crédito tributário	92.312	132.483	418.355
Resultado de participações em controladas	591	1.337	807
(Ganho) na venda de imobilizado	(14)	(1.304)	(3.962)
(Ganho)/perda na venda bens não de uso	7.963	6.058	(4.256)
Perda na venda de intangível	32	32	-
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(54.860)	(142.368)	(55.639)
Amortização de ágio de investimento	5.259	10.519	10.519
(Superveniência)/insuficiência de depreciação	755	(1.641)	(3.736)
Lucro / Prejuízo Ajustado	(50.875)	42.072	(11.829)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	160	152	7.711
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instr.fin.deriv.	(360.042)	(988.328)	(816.410)
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependências	25.934	40.602	(13.867)
(Aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(876.478)	(2.521.771)	(673.406)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	278.538	603.543	(1.074.581)
Aumento/(redução) em depósitos	(529.465)	(31.619)	935.601
Aumento/(redução) captações no mercado aberto	2.347.622	3.890.086	(3.729.420)
Aumento/(redução) em recursos de emissão de títulos	352.618	839.192	(28.321)
Aumento/(redução) em outras obrigações	(455.368)	(1.165.372)	796.375
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.547)	(29.267)	(22.875)
Pagamento de juros	(69.703)	(188.785)	(269.903)
Recebimento de juros	266.412	810.231	662.015
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros	(11.032)	(9.824)	(4.266)
Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades Operacionais	913.774	1.290.912	(4.243.176)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Alienação de bens não de uso	34.905	52.458	28.828
Alienação de investimentos	-	-	100
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	11.047	29.626	89.635
Aquisição de bens não de uso próprio	(4.469)	(45.726)	(76.011)
Aquisição de investimentos	-	-	(1.851)
Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	(25.471)	(32.631)	(16.215)
Aplicação no intangível	(937)	(2.349)	(4.753)
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Investimentos	15.075	1.378	19.733
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Aumento em obrigações p/empréstimos e repasses	10.015.700	18.857.942	10.809.744
Aumento em dívidas subordinadas	20.801	227.064	125.990
Aumento em instrumento de dívida elegíveis a capital	(7.532)	109.353	238.515
Pagamento de empréstimos	(9.824.069)	(18.099.775)	(11.752.566)
Aumento de capital	-	-	1.260.716
Ágio da emissão de ações	-	-	1.103
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Financiamentos	204.900	1.094.584	683.502
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.133.749	2.386.874	(3.539.941)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	1.677.684	337.051	3.821.353
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	54.860	142.368	55.639
Saldo final de caixa e equivalentes	2.866.293	2.866.293	337.051
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.133.749	2.386.874	(3.539.941)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., anterior Banco Industrial e Comercial S.A. – Bicbanco, (“Companhia”, “Instituição”, “Múltiplo”, “CCB Brasil” ou “Banco”) constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário do Banco para a CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding) (“Controlador”), subsidiária integral do China Construction Bank Corporation. Posteriormente, em 2015, o registro de companhia aberta foi cancelado na CVM e em 30 de setembro de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil, assim como foi padronizada a razão social das demais empresas investidas. O BACEN homologou essa alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, e em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

Em 22 de dezembro de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas regularmente convocada, foi deliberada a efetivação do Resgate de 2.339.260 ações que integram o capital social da Instituição, sendo 550.940 ordinárias e 1.788.320 preferenciais, detidas por acionistas minoritários. A liquidação financeira, por conta do resgate de ações, teve início em 04 de janeiro de 2018, conforme faculta a legislação societária. A partir do resgate das ações detidas pelos minoritários, a CCB Holding assumiu a titularidade de 100% das ações ordinárias e preferenciais do CCB Brasil.

2. APRESENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A foram elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14 do BACEN, e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2019.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme determinado no artigo 1º da Resolução CMN nº 4.280/13, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A, incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior e as empresas controladas direta ou indiretamente. Assim, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A era composto pelo Banco e empresas controladas:

Controladas - conforme Artigo 1º da Resolução nº 4.280/13	% de participação
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16, é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do período.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Para a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 7d – Composição da carteira por níveis de risco.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

e.5) Outros valores e bens - Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, conseqüentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6) Outros valores e bens - Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente até 2016, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da manutenção de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, de forma linear pelo prazo máximo de 36 meses, contados a partir de seu registro ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo. As comissões nomeadas como Custos de Originação, são reconhecidas a partir de 2017, integralmente no resultado do exercício.

e.7) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f) Permanente

f.1) Os investimentos das controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos.

f.2) Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da Instituição por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento e o valor da estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a instituição assuma a obrigação de arcar com tais custos na data de aquisição do ativo. A depreciação, reconhecida mensalmente, de forma linear, com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.

f.3) Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a administração efetua teste de valor recuperável dos seus ativos anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

f.4) O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelo valor de custo, amortizados mensalmente ao longo da vida útil estimada do ativo, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.534/16.

g) Passivo

g.1) Empréstimos no exterior vinculados a operações de crédito (Resolução CMN nº 2.921/02)

São registradas pelo valor da captação, acrescido dos encargos apropriados até a data do balanço, ajustados pela estimativa de perda de crédito dos ativos vinculados através de conta retificadora do passivo em contrapartida ao resultado do período, visando refletir a melhor estimativa do valor de desembolso ao investidor.

g.2) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre o lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais realizáveis em até 10 anos, estão registrados em “Outros Créditos – Diversos”.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 21a). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;

Provisões: são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 21);

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

i) Venda ou transferência de ativos financeiros – Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra, e (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer, e (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Disponibilidades

	Dezembro/18	Dezembro/17
Caixa	595	2.247
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	39.832	90.860
Total	<u>40.427</u>	<u>93.107</u>

b) Aplicações no mercado aberto

Vencimento	Dezembro/18	Dezembro/17
Até 30 dias	2.654.995	53.008

c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	Dezembro/18	Dezembro/17
Até 30 dias	2.061	2.083
De 31 a 90 dias	2.433	2.441
De 91 a 360 dias	-	1.031
Acima de 360 dias	909	-
Total	5.403	5.555

d) Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	Dezembro/18	Dezembro/17
Até 30 dias	170.871	190.936

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

Dezembro/18						
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	145.539	-	7.336.931	7.482.470	7.478.770	7.482.470
Carteira própria (*)	44.274	-	665.119	709.393	709.214	709.393
Letras Financeiras Tesouro	44.274	-	665.119	709.393	709.214	709.393
Vinculados a operações compromissadas	101.265	-	6.581.015	6.682.280	6.678.756	6.682.280
Letras Financeiras Tesouro	101.265	-	6.581.015	6.682.280	6.678.756	6.682.280
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	-	90.797	90.797	90.800	90.797
Letras Financeiras Tesouro	-	-	90.797	90.797	90.800	90.797
Títulos mantidos até o vencimento	-	15.190	1.710.557	1.725.747	1.725.747	1.764.522
Carteira própria	-	15.190	1.214.048	1.229.238	1.229.238	1.255.571
Debentures	-	15.190	-	15.190	15.190	15.181
Cotas - FIDC	-	-	44.709	44.709	44.709	44.709
Global Bonds	-	-	1.169.339			

				1.169.339	1.169.339	1.195.681
Vinculados a operações compromissadas	-	-	496.509	496.509	496.509	508.951
Global Bonds	-	-	496.509	496.509	496.509	508.951
Total	145.539	15.190	9.047.488	9.208.217	9.204.517	9.246.992

(*) Distribuição de prazos efetuado com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo inclui R\$ 77.213 referente margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f), R\$ 13.170 referente processos judiciais e R\$ 414 referente outras garantias.

Dezembro/17							
	Sem vencito.	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	6.030	-	55.834	7.035.262	7.097.126	7.082.916	7.097.126
Carteira própria (*)	6.030	-	55.834	3.628.934	3.690.798	3.689.625	3.690.798
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	3.624.485	3.624.485	3.622.398	3.624.485
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	55.834	-	55.834	55.241	55.834
Debentures	-	-	-	4.449	4.449	5.956	4.449
Carteira de renda variável	6.030	-	-	-	6.030	6.030	6.030
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	3.173.541	3.173.541	3.170.244	3.173.541
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	3.173.541	3.173.541	3.170.244	3.173.541
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	-	-	232.787	232.787	223.047	232.787
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	232.787	232.787	223.047	232.787
Títulos mantidos até o vencimento	-	22.836	-	1.231.642	1.254.478	1.254.478	1.339.781
Carteira própria	-	22.836	-	1.231.642	1.254.478	1.254.478	1.339.781
Cotas - FIDC	-	22.836	-	-	22.836	22.836	22.836
Global Bonds	-	-	-	1.231.642	1.231.642	1.231.642	1.316.945
Total	6.030	22.836	55.834	8.266.904	8.351.604	8.337.394	8.436.907

(*) Distribuição de prazos efetuado com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo inclui R\$ 212.995 referente margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f), R\$ 13.015 referente processos judiciais e R\$ 6.777 referente outras garantias.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os Global Bonds são custodiados no CEDEL Clearstream.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço, Debêntures com base na última negociação divulgada pela ANBIMA, Global Bonds com base no mercado secundário (Bloomberg) e o das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.

c) Reclassificação de categoria dos títulos e valores mobiliários

No final do exercício de 2017, visando refletir adequadamente o processo de gestão de caixa do Conglomerado, a Administração procedeu a reclassificação de títulos classificados na carteira de títulos para negociação, no montante de R\$ 4.190.678, para a categoria disponível para venda.

6. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Política de utilização

Em função da Regra de Paul Volcker, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter hedge. Durante o exercício o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes sempre protegidas por hedge, bem como faz uso de derivativos para fazer hedge de suas exposições a preços e taxas de juros da carteira banking. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado decorrentes dos descasamentos de ativos e passivos do Conglomerado.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de *Swap*, *NDF* e Mercado Futuro para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicado apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo é garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação a mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação a mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2018 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking* e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2018), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2018 apresentam as seguintes características:

	Valor de referência					
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total
<u>Contratos de Swap</u>						
Mercado Interfinanceiro	8.692	2.959	6.618	(491.081)	(229.525)	(713.988)
Moeda Estrangeira	425.962	18.178	(6.618)	464.708	229.525	687.615
Pré	624	-	-	26.373	-	26.373
Subtotal	435.278	21.137	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	9.682	(167)	-	-	-	-
Total	444.960	20.970	-	-	-	-
<u>Contratos de Termo/NDF</u>						
Compra de Termo/NDF	2	59	1.237	1.258	-	2.495
Venda de Termo/NDF	540	934	(5.203)	(33.942)	-	(39.145)
Subtotal	542	993	-	-	-	-
Total	445.502	21.963	-	-	-	-
<u>Contratos Futuros (*)</u>						

Venda – Mercado Interfinanceiro	-	575	(176.913)	(586.063)	(1.407.997)	(2.170.973)
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	4.607	11.619	1.334.355	-	1.345.974
Compra – Moeda Estrangeira	-	28	6.788	-	-	6.788
Venda – Moeda Estrangeira	5.218		(1.285.584)	-	-	(1.285.584)
Total	5.218	5.210	-	-	-	-

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações em aberto em 31 de Dezembro de 2017 apresentam as seguintes características:

			Valor de referência			
			Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)			
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
<u>Contratos de Swap</u>						
Mercado Interfinanceiro	809	792	44.834	(1.335.111)	(259.421)	(1.549.698)
Moeda Estrangeira	282.036	4.098	(44.834)	1.294.452	259.421	1.509.039
Pré	19	-	-	40.659	-	40.659
Subtotal	282.864	4.890	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	12.990	(452)	-	-	-	-
Total	295.854	4.438	-	-	-	-
<u>Contratos de Termo/NDF</u>						
Compra de Termo/NDF	29	-	664	247	-	911
Venda de Termo/NDF	1.556	714	4.158	34.994	-	39.152
Subtotal	1.585	714	-	-	-	-
Total	297.439	5.152				
<u>Contratos Futuros(*)</u>						
Compra – Mercado Interfinanceiro	2	-	10.494	-	-	10.494
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	(2.032)	(740.108)	(547.375)	(1.887.286)	(3.174.769)
Compra – DDI – Cupom Cambial	203	-	771.848	936.114	8.036	1.715.998
Compra – Moeda Estrangeira	-	2.524	(105.965)	(65.230)	-	(171.195)
Venda – Moeda Estrangeira	2.458	-	114.145	-	-	114.145
Total	-	93	(1.312.514)	-	-	(1.312.514)

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações de “swap” e “NDF” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Dezembro/18				Dezembro/17	
Título	Vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
L.F.T	01/03/2020	-	-	212.995	212.995
L.F.T	01/09/2020	77.213	77.213	-	-
Total		77.213	77.213	212.995	212.995

g) Hedge accounting

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classifica a estrutura como *hedge accounting* de risco de mercado.

O Banco e a Financeira detêm portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de risco de mercado registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A efetividade apurada para as carteiras de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2018 a estrutura de *hedge accounting* está representada da seguinte forma:

	<u>Instrumento de Hedge a valor de mercado</u>	<u>Objeto de Hedge a valor de mercado</u>
Hedge de captações no exterior	1.774.204	1.767.532
Hedge da carteira de varejo	2.123.819	1.919.155

Em 31 de dezembro de 2017 a estrutura de *hedge accounting* está representada da seguinte forma:

	<u>Instrumento de Hedge a valor de mercado</u>	<u>Objeto de Hedge a valor de mercado</u>
Hedge de captações no exterior	2.741.349	2.801.698
Hedge da carteira de varejo	3.075.933	2.405.064

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Diversificação por tipo de operação

Modalidade	Dezembro/18	Dezembro/17
Capital de giro e descontos	3.381.989	553.690
Crédito pessoal consignado	1.965.708	2.298.729
Financiamentos à exportação	1.676.341	2.950.388
Financiamentos rurais e agroindustriais	345.856	71.501
Financiamentos de veículos	139.426	263.542
Financiamentos à importação	131.995	72.440
Outros	146.584	167.534
Operações de crédito	7.787.899	6.377.824
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (**)	1.082.121	610.056
Títulos e créditos a receber (nota 10)	134.419	69.629
Devedores por compra de valores e bens (nota 10)	81.137	75.730
Fianças honradas	1.026	43.075
Outros créditos	1.298.703	798.490
Operações de arrendamento mercantil	43.498	31.047
Total	9.130.100	7.207.361

(*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio".

b) Diversificação por setor de atividade

	Dezembro/18	Dezembro/17
Setor Público	-	9.779
Setor Privado	6.960.127	4.558.288
Outros serviços	3.158.192	2.154.735
Indústria	2.517.991	1.746.633
Comércio	1.214.488	534.166
Agronegócio	69.456	122.307
Intermediários financeiros	-	447
Pessoas físicas	2.169.973	2.639.294
Total	9.130.100	7.207.361

c) Diversificação por prazos – por parcela

	Dezembro/18	%	Dezembro/17	%
Setor Público	-	-	9.779	0,13
Até 03 meses	-	-	3.181	0,04
De 03 meses até 01 ano	-	-	6.598	0,09
Acima de 01 ano	-	-	-	-
Setor Privado	9.130.100	100,00	7.197.582	99,87

Até 03 meses	2.047.019	22,42	1.018.972	14,14
De 03 meses até 01 ano	2.581.475	28,27	2.090.875	29,01
Acima de 01 ano	4.396.079	48,15	3.997.089	55,46
Vencidos a partir de 15 dias	105.525	1,16	90.646	1,26
Total	<u>9.130.100</u>	<u>100,00</u>	<u>7.207.361</u>	<u>100,00</u>

d) Composição da carteira por níveis de risco

Nível de risco	Dezembro/18			Dezembro/17		
	Base de cálculo	Provisão	% (*)	Base de cálculo	Provisão	% (*)
AA	2.831.030	-	31,01	1.730.445	-	24,01
A	3.724.049	18.620	40,79	3.201.124	16.005	44,41
B	1.711.423	17.114	18,74	882.255	8.823	12,24
C	201.086	6.032	2,20	529.782	15.892	7,35
D	53.378	5.338	0,58	141.213	14.121	1,96
E	57.522	17.257	0,63	292.537	87.761	4,06
F	79.399	39.700	0,87	75.359	37.679	1,05
G	121.133	84.793	1,33	133.559	93.492	1,85
H	351.080	351.080	3,85	221.087	221.087	3,07
Total	<u>9.130.100</u>	<u>539.934</u>	<u>100,00</u>	<u>7.207.361</u>	<u>494.860</u>	<u>100,00</u>

(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total

e) Níveis de concentração de risco

	Dezembro/18		Dezembro/17	
	R\$	%	R\$	%
10 Maiores devedores	2.367.243	25,93	1.854.846	25,74
100 Maiores devedores	6.299.055	68,99	4.099.810	56,88

f) Cessão de crédito

f.1) Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram realizadas cessões de operações de crédito, com transferência substancial dos riscos e benefícios, a pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional. O resultado dessas cessões foi de R\$ 8.717 (Dezembro/17 – R\$ 1.578). Também foram cedidas operações já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 50 (Dezembro/17 – R\$ 435).

f.2) Cessão de crédito para securitizadoras de crédito (empresas não ligadas)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, operações de crédito de capital de giro e outros ativos, classificadas como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, resultando no reconhecimento de despesa no valor de R\$ 19.730 (Dezembro/17 –R\$ 140.295), além de operações de crédito já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 93.694 (Dezembro/17 – R\$ 182.310). As cessões foram realizadas considerando

avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos.

g) Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	Dezembro/18	Dezembro/17
Arrendamento a receber	33.973	26.001
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(33.973)	(25.820)
Bens arrendados	83.224	105.658
Superveniência de depreciação	19.173	17.533
Depreciação de bens arrendados	(36.773)	(64.011)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	4.838	6.773
Valor residual antecipado	(26.964)	(35.087)
Total carteira de arrendamento mercantil	43.498	31.047

8. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Movimentação da provisão

	Dezembro/18	Dezembro/17
Saldo inicial	494.860	498.319
Constituição de provisão para créditos do período	440.556	604.815
Reversão de provisão para créditos do período	(19.772)	(66.602)
Reversão de provisão sobre créditos cedidos	(31.297)	(195.943)
Subtotal	884.347	840.589
Baixas para prejuízo	(344.413)	(345.729)
Saldo final	539.934	494.860
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	75.669	77.179
Créditos renegociados	683.364	707.968
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	5,71	6,87

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Dezembro/18	Dezembro/17
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	1.121.565	1.152.998
Direitos sobre vendas de câmbio	12.247	512.628
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(2.470)	(130)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	20.073	11.156
Total	1.151.415	1.676.652
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	36.687	512.818

Obrigações por compras de câmbio	1.069.325	1.133.096
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.062.048)	(598.900)
Valores em moeda estrangeira a pagar	32	-
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	-	9
Total	43.996	1.047.023

10. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	Dezembro/18	Dezembro/17
Devedores por depósitos em garantia (nota 21f)	433.948	481.732
Títulos e créditos a receber (*)	144.333	95.398
Devedores por compra de bens a prazo (nota 7a)	81.137	75.730
Tributos a compensar e recuperar	49.887	45.972
Pagamentos a ressarcir	28.552	39.459
Adiantamentos e antecipações salariais	1.258	917
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	62	3.871
Direitos específicos de controladas não sujeitas ao Bacen	4.789	4.841
Devedores diversos – país	19.534	38.935
Total	763.500	786.855

(*) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações com característica de crédito no montante de R\$ 133.630 (Dezembro/17 – R\$ 69.629) conforme nota 7a. Contempla também valores a receber de R\$ - (Dezembro/17 – R\$ 14.426) de precatórios do Governo Federal e R\$ 5.661 (Dezembro/17 – R\$ 7.799) a receber dos órgãos públicos referentes repasse de crédito consignado, todos classificados como operações sem característica de operações de crédito.

11. OUTROS VALORES E BENS

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	Dezembro/18	Dezembro/17
Imóveis	371.062	377.384
Máquinas e equipamentos	27.122	28.402
Veículos e afins	11.271	16.779
Material em estoque	74	82
Outros	743	742
Subtotal	410.272	423.389
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(163.059)	(142.882)
Total	247.213	280.507

12. ATIVO PERMANENTE

a) Imobilizado de uso

	Custo		Provisão para perda		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	Dez/18	Dez/17	Dez/18	Dez/17	Dez/18	Dez/17	Dez/18	Dez/17
Terrenos	107	350	-	-	-	-	107	350
Edificações	85.522	91.832		(27)	(50.015)	(49.548)	35.507	42.257
Instalações	2.951	2.874		-	(1.193)	(611)	1.758	2.263
Máquinas e equipamentos de uso	15.311	15.368	(1.132)	(1.010)	(10.240)	(9.348)	3.940	5.010
Sistema de processamento de dados	10.124	11.146	(15)	(15)	(9.786)	(10.744)	323	387
Sistema de transporte	994	994		-	(954)	(782)	40	212
Sistema de comunicação	2.323	2.424	(326)	(334)	(1.329)	(1.312)	668	778
Sistema de segurança	1.456	1.456	(46)	(47)	(1.013)	(890)	396	519
Total	118.788	126.444	(1.519)	(1.433)	(74.530)	(73.235)	42.739	51.776

b) Ativos intangíveis

b.1) Classe dos ativos intangíveis – Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17
Softwares	21.372	19.167	(17.380)	(14.275)	3.992	4.892
Ágio (*)	105.190	105.190	(90.288)	(79.769)	14.902	25.421
Total	126.562	124.357	(107.668)	(94.044)	18.894	30.313

b.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Dezembro/17	Adições/Baixas	Amortização	Dezembro/18
Softwares	4.892	2.206	(3.106)	3.992
Ágio (*)	25.421	-	(10.519)	14.902
Total	30.313	2.206	(13.625)	18.894

	Dezembro/16	Adições/Baixas	Amortização	Dezembro/17
Softwares	3.295	4.762	(3.165)	4.892
Ágio (*)	35.940	-	(10.519)	25.421
Total	39.235	4.762	(13.684)	30.313

(*) Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira,

consubstanciados em laudo de avaliação. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, amortizado de forma linear pelo mesmo período.

13. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 498.936 (Dezembro/17 – R\$ 326.784) e ativos totais de R\$ 6.093.261 (Dezembro/17 – R\$ 4.255.120).

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	Dezembro/18	Dezembro/17	Dezembro/18	Dezembro/17
Disponibilidades em moedas estrangeiras	9.388	77.664	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	9.388	77.664	-	-
Cotas de Fundo de Investimentos	44.709	22.836	-	2.738
FIDC Brasifactors (b)	44.709	22.836	-	2.738
Depósitos à vista	(605)	(698)	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(2)	(2)	-	-
Brasifactors S.A. (f)	(2)	(1)	-	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(36)	(27)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(565)	(668)	-	-
Depósitos a prazo	(176.965)	(165.288)	(10.982)	(10.095)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(727)	(730)	(46)	(68)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1.613)	(1.633)	(102)	(118)
Brasifactors S.A. (f)	(116)	(590)	(18)	(230)
FIDC Brasifactors (b)	(3.684)	(4.411)	(619)	(1.861)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(168.463)	(157.686)	(10.153)	(7.774)
Pessoal-chave da Administração (c)	(2.362)	(238)	(44)	(44)
LCA	(6.597)	(2.793)	(397)	(113)
Pessoal-chave da Administração (c)	(6.597)	(2.793)	(397)	(113)
LCI	(697)	(122)	(17)	(58)
Pessoal-chave da Administração (c)	(697)	(122)	(17)	(58)
NDF	(689)	(267)	1.861	999
Brasifactors S.A. (f)	(689)	(267)	1.861	999
Obrigações por empréstimos	(5.779.755)	(6.111.130)	(1.176.811)	(665.045)
China Construction Bank Corporation (d)	(5.779.755)	(6.111.130)	(1.176.811)	(665.045)

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas – direta
- (b) Controladas e Coligadas – indireta
- (c) Pessoal Chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior (nota 1)
- (e) Controladora direta
- (f) Controlada em conjunto (*joint venture*)

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Dezembro/17 – 96%) e possuem vencimento final em até 02 anos (Dezembro/17 – até 03 anos). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Dezembro/17 – 96%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Dezembro/17 – em até 03 meses). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 101% do CDI (Dezembro/17 – 101% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Dezembro/17 – em até 03 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 3,40% a.a. (Dezembro/17 – 3,01% a.a.) e variação cambial, com vencimento final em até 08 anos (Dezembro/17 – em até 01 ano).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de prejuízo líquido.

b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	Dezembro/18	Dezembro/17
Remuneração fixa	16.831	16.010
Outros	1.059	1.568
Total	<u>17.890</u>	<u>17.578</u>

b.2) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

15. DEPÓSITOS

Distribuição por prazos de vencimento

Dezembro/18					
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Sem vencimento	84.318	-	-	3.241	87.559
Até 03 meses	-	229.344	28.133	-	257.477
De 03 meses a 01 ano	-	1.076.599	77.804	-	1.154.403

De 01 a 03 anos	-	1.616.965	27.678	-	1.644.643
Total	84.318	2.922.908	133.615	3.241	3.144.082

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 1.329.809, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

Dezembro/17					
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Sem vencimento	86.472	-	-	7.393	93.865
Até 03 meses	-	294.857	129.070	-	423.927
De 03 meses a 01 ano	-	1.818.106	183.777	-	2.001.883
De 01 a 03 anos	-	626.054	2.731	-	628.785
De 03 a 05 anos	-	-	27.241	-	27.241
Total	86.472	2.739.017	342.819	7.393	3.175.701

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 372.734, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

16. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE LETRAS EMITIDAS

a) Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 02 de janeiro de 2019, 12 de junho de 2019 e 28 de fevereiro de 2020, lastreados por LFT com vencimento até setembro de 2022.

b) Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, Letras Financeiras – LF e Letras de Crédito Imobiliário – LCI, assim distribuídos:

Vencimento	Dezembro/18			Dezembro/17		
	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Até 03 meses	23.617	162.201	2.276	23.663	43.149	10.468
De 03 meses a 01 ano	18.326	400.218	137.971	13.358	91.049	17.337
De 01 a 03 anos	2.839	41.604	401.686	319	19.910	131.379
De 03 a 05 anos	-	-	-	602	-	-
Total	44.782	604.023	541.933	37.942	154.108	159.184

17. EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,41% a.a. (Dezembro/17 – 2,64% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

	Dezembro/18		Dezembro/17	
Vencimento	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	2.209.441	32,44	1.732.626	26,54
De 03 meses a 01 ano	4.472.505	65,67	4.469.411	68,47
De 01 a 03 anos	67.815	1,00	210.889	3,24
De 03 a 05 anos	42.497	0,62	83.671	1,28
Acima de 05 anos	18.248	0,27	30.934	0,47
Total	6.810.506	100,00	6.527.531	100,00

Em Dezembro/17, as operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas ("covenants"), são classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de indicadores, entretanto, a nota acima, mantém os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do "waiver" obtido em datas anteriores, também em Dezembro/17 as despesas associadas às captações de recursos no valor de R\$ 34, são registradas como redutoras das respectivas captações e apropriadas ao resultado pelo prazo da operação.

O Banco possui operações de empréstimos efetuados junto a sua matriz na China no valor total de R\$ 5.779.755 (Dezembro/17 – R\$ 6.111.130), com vencimento final em até 8 anos, renováveis automaticamente, de acordo com a necessidade de liquidez do Conglomerado CCB Brasil.

Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

- I - vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;
- II - subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;
- III - remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;
- IV - compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;
- V - prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;
- VI - postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada, e
- VII - não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Desta forma, visando apresentar a melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, a administração retificou o saldo do grupo "Empréstimos no Exterior" pelo montante de R\$ 398.589 (Dezembro/17 – R\$ 152.244), sendo R\$ 246.345 (Dezembro/17 – R\$ 152.244) em contrapartida ao resultado do período, com base na piora da qualidade de crédito dos ativos vinculados, além do valor de realização das garantias obtidas em cada operação.

Em 31 de dezembro de 2018 o montante das captações vinculadas a operações ativas é de R\$ 558.095 (Dezembro/17 – R\$ 641.841), e o saldo das operações ativas é de R\$ 543.558 (Dezembro/17 – R\$ 613.126), sendo que R\$ 66.689 (Dezembro/17 – R\$ 267.385), estão representados por créditos que apresentam parcela vencida há mais de 1 dia.

18. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até agosto de 2020 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro/18	Dezembro/17
Provisão para imposto de renda diferido (nota 25c)	239.824	138.391
Impostos e contribuições a recolher	13.864	11.633
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	621	30.650
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	-	342
Total	<u>254.309</u>	<u>181.016</u>

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	Dezembro/18	Dezembro/17
Provisão para passivos classificados como perda provável (*)	872.032	888.611
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 28)	63.079	152.863
Credores por antecipação de valores residuais	26.964	35.087
Provisão para pagamentos a efetuar	47.330	19.197
Obrigações específicas de controladas não sujeitas ao BACEN	7.237	7.572
Cheques administrativos	-	400
Credores diversos – país	37.567	52.820
Total	<u>1.054.209</u>	<u>1.156.550</u>

(*) Refere-se à provisão para processos trabalhistas, cíveis e fiscais (nota 21).

21. PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Conglomerado é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

CSLL x Isonomia – valor envolvido R\$ - (Dezembro/17 – R\$ 149.299): pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 a 2014, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. Em virtude de decisão transitada

em julgado desfavorável ao Banco, os valores depositados foram convertidos em renda da União, dando origem aos ajustes contábeis relativos as baixas da provisão passiva contingente e dos valores registrados no ativo depósitos em garantia.

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 539.751 (Dezembro/17 – R\$ 521.134): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 30.136 (Dezembro/17 – R\$ 28.812).

PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 85.731 (Dezembro/17 – R\$ 82.782): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 94.781 (Dezembro/17 – R\$ 90.225).

PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 – valor envolvido R\$ 18.275 (Dezembro/17 – R\$ 17.583): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44º da Lei nº 4.506/64, no art.12º do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226º do Decreto nº 1.041/94. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 18.275 (Dezembro/17 – R\$ 17.583).

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 1.272 (Dezembro/17 – R\$ 1.199): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Processos trabalhistas

O Consolidado possui 212 (Dezembro/17 – 180) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 58.884 (Dezembro/17 – R\$ 45.608). Existem 157 (Dezembro/17 – 193) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 8.374 (Dezembro/17 – R\$ 11.185), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 8.319 (Dezembro/17 – R\$ 10.087). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Consolidado possui 2.975 (Dezembro/17 – 3.066) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 168.119 (Dezembro/17 – R\$ 71.006). Existem 422 (Dezembro/17 – 478) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 478.434 (Dezembro/17 – R\$ 515.664), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 306.414 (Dezembro/17 – R\$ 286.990). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato

e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

c) Processos fiscais e previdenciários classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 21.707 (Dezembro/17 – R\$ 20.468): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD / 94 – valor envolvido R\$ 25.525 (Dezembro/17 – R\$ 24.639): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43º, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 118.835 (Dezembro/17 – R\$ 102.953): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28º, § 9º, da Lei nº 8.212/91.

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 88.567 (Dezembro/17 – 82.588): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

d) Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	Dezembro/17	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Dezembro/18
Cíveis (*)	71.006	103.435	(14.418)	33.524	(25.428)	168.119
Trabalhistas	45.608	11.678	(6.426)	9.778	(1.754)	58.884
Subtotal	116.614	115.113	(20.844)	43.302	(27.182)	227.003
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/17	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Dezembro/18
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	149.299	-	-	5.385	(154.684)	-
PIS – Receita Bruta Operacional – EC nº 10/96	17.583	-	-	692	-	18.275
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	82.782	-	-	2.949	-	85.731
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	521.134	-	-	18.617	-	539.751
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.199	-	-	73	-	1.272

Subtotal	771.997	-	-	27.716	(154.684)	645.029
Total	888.611	115.113	(20.844)	71.018	(181.866)	872.032

(*) Durante o segundo semestre de 2018, o Banco reclassificou o montante de R\$ 93.445 de Provisão para garantias prestadas para Provisão para contingências cíveis, em função de discussão judicial que a classifica como perda provável (nota 28).

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 117.859 – processos Cíveis, R\$ 25.025 – processos Trabalhistas e R\$ 291.064 – processos Fiscais.

Descrição	Dezembro/16	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Dezembro/17
Cíveis	70.578	5.554	(5.637)	24.679	(24.168)	71.006
Trabalhistas	40.921	6.165	(2.053)	6.959	(6.383)	45.608
Subtotal	111.499	11.719	(7.690)	31.638	(30.551)	116.614
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/16	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Dezembro/17
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	140.644	-	-	8.655	-	149.299
PIS – Receita Bruta Operacional – EC nº 10/96	12.511	-	-	5.072	-	17.583
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	77.948	-	-	4.834	-	82.782
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	495.820	141	(4.180)	29.353	-	521.134
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.679	-	(574)	94	-	1.199
ISS – Operações de Leasing fora da Sede	246	-	(249)	2	-	-
Subtotal	728.848	141	(5.002)	48.010	-	771.997
Total	840.347	11.860	(12.692)	79.648	(30.551)	888.611

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 112.802 – processos Cíveis, R\$ 22.840 – processos Trabalhistas e R\$ 346.018 – processos Fiscais.

22. CAPTAÇÕES E EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

a) Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Dez/18	Dez/17
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	488.817	459.343
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	1.066.226	908.678
Total - Nível II PR						1.555.043	1.368.021

b) Instrumento de dívida elegível a capital

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Dez/18	Dez/17
EMTN – ITB Nível II	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	394.532	336.821
EMTN – ITB Nível I	US\$ 70.000	30/12/2016	30/12/2021	228.025	8,00%	271.236	231.560
Total PR						665.768	568.381

23. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O capital social do Banco é de R\$ 2.956.864 (Dezembro/17 – R\$ 2.956.864) e está dividido em 465.631.466 ações nominativas (Dezembro/17 – 465.631.466), sendo 297.223.908 ordinárias (Dezembro/17 – 297.223.908) e 168.407.558 preferenciais (Dezembro/17 – 168.407.558), sem valor nominal.

Em 26 de outubro de 2017 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital mediante a emissão de 113.647.791 novas ações ao preço de R\$ 11,07 por ação, sendo 72.315.322 ordinárias e 41.332.469 preferenciais que perfaz um montante de R\$ 1.258.081, o qual foi aprovado nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 26 de outubro e 27 de novembro de 2017, sendo R\$ 1.256.978 destinados a aumento de capital e R\$ 1.103 para constituição de reservas de capital, destinadas a suportar resgate de ações. Do total, foram subscritas e integralizadas, na data da Assembleia, a quantidade de 110.845.180, sendo 72.138.610 ações ordinárias e 38.706.570 ações preferencias no montante de R\$ 1.227.056. As sobras de ações no total de 2.802.611, sendo 176.712 ordinárias e 2.625.899 preferenciais, no montante de R\$ 31.025, foram subscritas e integralizadas em 27 de novembro de 2017 pelo acionista controlador, após verificação do não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Em 12 de dezembro de 2017, o aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 22 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração propôs e a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas aprovou o resgate de ações nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução CVM nº 361, envolvendo a totalidade das 550.940 ações ordinárias e 1.788.320 ações preferenciais remanescentes em circulação após o leilão da OPA ocorrido em 1º de outubro de 2016. O valor a ser pago é de R\$ 7,30 por ação, ajustado pela variação da SELIC desde 29 de agosto de 2014, totalizando o montante de R\$ 25.160, e está sendo liquidado desde 04 de janeiro de 2018, à conta de reservas de capital, sem necessidade da redução de capital social.

O quadro de acionistas do CCB Brasil passou a ser o seguinte:

Acionista	Participação (%)	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
CCB Holding	100%	297.223.908	1.794.511	168.407.558	1.162.353	465.631.466	2.956.864

b) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2018 foram adquiridas 6.879.540 ações preferenciais no montante de R\$ 58.593, deste montante, 481.022 ações foram transferidas aos administradores a título de remuneração variável nos anos de 2013 e 2014.

O custo mínimo, médio e máximo por ação foi de R\$ 6,96, R\$ 8,52 e R\$ 9,70. Não há valor de mercado para estas ações.

Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2018 corresponde a 6.398.518 ações no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/17 – R\$ 55.105).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas – o prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 31 de dezembro de 2018, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20% pelo período de 2016 a 2018 e alíquota de 15% para os exercícios a partir de 2019, inclusive.

a) Créditos tributários: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

	Dezembro/17	Realizações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Baixa	Dezembro/18
Descrição						
Imposto de Renda						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	118.577	(40.220)	103.515	-	-	181.872
Provisão para desvalorização de bens não de uso	34.065	(5.366)	12.173	-	-	40.872
Provisão para contingências e outras	247.639	(61.518)	81.571	-	-	267.692
Subtotal	400.281	(107.104)	197.259	-	-	490.436
Prejuízo fiscal	295.316	(14.626)	-	-	(63.679)	217.011
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	695.597	(121.730)	197.259	-	(63.679)	707.447
Contribuição Social						

Provisão para crédito de liquidação duvidosa	78.728	(28.338)	63.612	(4.879)	-	109.123
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.921	(3.261)	7.304	(440)	-	24.524
Provisão para contingências e outras	157.293	(37.096)	57.649	(17.230)	-	160.616
Subtotal	<u>256.942</u>	<u>(68.695)</u>	<u>128.565</u>	<u>(22.549)</u>	-	<u>294.263</u>
Base negativa da CSLL acumulada	187.587	(11.593)	-	-	(43.001)	132.993
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	<u>444.529</u>	<u>(80.288)</u>	<u>128.565</u>	<u>(22.549)</u>	<u>(43.001)</u>	<u>427.256</u>
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	<u>1.140.126</u>	<u>(202.018)</u>	<u>325.824</u>	<u>(22.549)</u>	<u>(106.680)</u>	<u>1.134.703</u>

	Dezembro/16	Realizações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Baixa Res. nº 3.059/02	Dezembro/17
Descrição						
Imposto de Renda						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	130.006	(141.847)	130.418	-	-	118.577
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.647	(701)	14.119	-	-	34.065
Provisão para contingências e outras	298.001	(175.079)	124.717	-	-	247.639
Subtotal	<u>448.654</u>	<u>(317.627)</u>	<u>269.254</u>	-	-	<u>400.281</u>
Prejuízo fiscal	414.971	(3.859)	63.354	-	(179.150)	295.316
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	<u>863.625</u>	<u>(321.486)</u>	<u>332.608</u>	-	<u>(179.150)</u>	<u>695.597</u>
Contribuição Social						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	113.874	(113.907)	93.703	(14.942)	-	78.728
Provisão para desvalorização de bens não de uso	13.485	(562)	12.373	(4.375)	-	20.921
Provisão para contingências e outras	175.502	(140.522)	108.772	13.541	-	157.293
Subtotal	<u>302.861</u>	<u>(254.991)</u>	<u>214.848</u>	<u>(5.776)</u>	-	<u>256.942</u>
Base negativa da CSLL acumulada	281.492	(2.623)	79.434	(32.787)	(137.929)	187.587
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	<u>584.353</u>	<u>(257.614)</u>	<u>294.282</u>	<u>(38.563)</u>	<u>(137.929)</u>	<u>444.529</u>
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	<u>1.447.978</u>	<u>(579.100)</u>	<u>626.890</u>	<u>(38.563)</u>	<u>(317.079)</u>	<u>1.140.126</u>

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Realização dos Créditos Tributários											2018	2017
Ano Projetado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total	Total
Valor Projetado	136.925	83.073	100.619	88.844	159.995	55.048	58.155	70.759	79.463	301.822	1.134.703	1.140.126
Valor Presente (*)	128.568	73.242	83.297	69.061	116.777	37.726	37.423	42.755	45.084	160.788	794.721	781.195
% Realização	12,1%	7,3%	8,9%	7,8%	14,1%	4,9%	5,1%	6,2%	7,0%	26,6%	100,0%	

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução CMN nº 3.059/02.

Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Consoante a Resolução CMN nº 3.059/02, esta condição deixou de ser aplicável no Banco até o exercício de 2014, em decorrência da mudança de controle acionário ocorrida no final daquele ano.

Desta forma, a exemplo do primeiro semestre de 2017, onde o Banco já apresentava histórico de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, a Administração apresentou estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15 do BACEN, que resultou na aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários advindos de prejuízo fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2018, para os quais o Banco possui expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos, bem como dar continuidade ao registro de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias apuradas na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Diante do exposto, o Banco e o Consolidado possuem créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 645.305 (Dezembro/17 – R\$ 522.072) para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o exercício de 2018 o Banco recuperou R\$ 63.299 (Dezembro/17 – R\$ 118.402), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 25.320 (Dezembro/17 - R\$ 47.361), foram registrados como

reduzidor do crédito presumido originalmente contabilizado, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pela Instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Crédito Presumido Constituído	2014	2015	2016	2017	2018	Total
	78.983	107.450	194.229	(47.361)	(24,648)	308,653

c) Passivo diferido

	Dezembro/18	Dezembro/17
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	159.436	60.897
Atualização monetária de depósitos judiciais	25.427	20.536
<i>Hedge Accounting</i>	38.593	36.495
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	11.575	16.080
Superveniência de depreciação	4.793	4.383
Total	<u>239.824</u>	<u>138.391</u>

d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Dezembro/18		Dezembro/17	
Apuração	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(59.733)	(59.733)	(300.156)	(300.156)
(+) Juros sobre o capital próprio pagos	15.343	15.343	-	-
(-) Juros sobre o capital próprio recebidos	(15.343)	(15.343)	-	-
Base de cálculo	(59.733)	(59.733)	(300.156)	(300.156)
Adições temporárias	797.134	785.602	1.136.689	1.127.748
Adições permanentes	270.835	270.835	478.723	478.723
Exclusões	(1.057.915)	(1.044.742)	(2.020.060)	(2.007.382)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(49.679)	(48.038)	(704.804)	(701.067)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	57.872	57.872	779.295	779.295
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(2.208)	(2.208)	(15.437)	(15.437)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	5.985	7.626	59.054	62.791
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	898	1.516	10.066	14.257
Adicional de 10% de IR	528	-	6.727	-
Impostos correntes	1.426	1.516	16.793	14.257

Conciliação do resultado				
Impostos correntes	1.426	1.516	16.793	14.257
Imposto de Renda e CSLL Diferido	80.499	46.566	71.575	43.877
(=) Provisão IR e CSLL	81.925	48.082	88.368	58.134
(+) Provisão IR e CSLL – Ajuste exercícios anteriores	(2.510)	(2.008)	-	-
(=) Provisão total IR e CSLL	79.415	46.074	88.368	58.134
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(197.259)	(106.016)	(270.454)	(209.823)
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	-	(65.833)	(47.103)
Baixa de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL) - Resol. nº 3.059/02	63.679	43.001	179.151	137.929
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	107.104	68.694	317.562	254.991
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	14.626	11.593	3.859	2.623
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(11.850)	17.272	164.285	138.617
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	67.565	63.346	252.653	196.751

26. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO

a) Resultado de operações de crédito

	2º Semestre 2018	2018	2017
Crédito pessoal consignado	249.818	450.979	654.740
Capital de giro e descontos	70.385	476.540	241.619
Financiamentos à exportação	49.218	232.656	57.962
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	18.495	75.669	77.179
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	19.503	47.208	78.039
Financiamentos à importação	4.010	26.755	3.900
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.012	14.362	2.551
FUNCAFÉ	1.969	3.333	3.877
Contas garantidas	184	628	1.325
Outros empréstimos e financiamentos	37.867	95.481	46.919
Total	461.461	1.423.611	1.168.111

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2018	2018	2017
Rendas de aplicações compromissadas	167.128	281.613	450.046
Resultado de títulos renda fixa	63.291	411.895	196.503

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	52.744	63.739	81.111
Outras operações com títulos e valores mobiliários	62.875	74.944	67.928
Total	<u>346.038</u>	<u>832.191</u>	<u>795.588</u>

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre 2018	2018	2017
<i>Swap</i>	35.471	334.197	(68.212)
Mercado futuro – DI	(79.085)	(81.498)	(106.542)
Mercado futuro – dólar	(27.623)	(17.678)	(188.189)
Termo de moedas	1.123	(6.111)	4.340
Total	<u>(70.114)</u>	<u>228.910</u>	<u>(358.603)</u>

d) Resultado de câmbio

	2º Semestre 2018	2018	2017
Rendas de operações de câmbio	706.602	1.272.898	614.965
Despesas de operações de câmbio	(652.277)	(1.069.120)	(519.760)
Total	<u>54.325</u>	<u>203.778</u>	<u>95.205</u>

e) Despesas de captação no mercado

	2º Semestre 2018	Dezembro/18	Dezembro/17
Títulos e valores mobiliários no exterior	76.551	391.706	147.050
Operações compromissadas	165.572	276.956	443.161
Depósitos a prazo	99.171	202.299	251.026
Despesas de letras financeiras – LF	16.123	24.327	7.500
Despesas de letras do agronegócio - LCA	17.565	23.937	13.945
Depósitos interfinanceiros	8.016	20.127	21.160
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	1.024	1.939	9.592
Depósitos de poupança	76	262	565
Outras	10.885	13.056	3.988
Total	<u>394.983</u>	<u>954.609</u>	<u>897.987</u>

f) Despesas com empréstimos, cessões e repasses

	2º Semestre 2018	2018	2017
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	156.072	1.238.122	237.245
Marcação a mercado - item objeto de <i>hedge</i>	(326)	9.141	(2.869)
Repasse FUNCAFÉ/BNDES	2.350	3.279	4.846
Total	<u>158.096</u>	<u>1.250.542</u>	<u>239.222</u>

g) Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2018	2018	2017
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	108.578	246.345	152.244
Reversão de provisão para fiança	94.113	94.113	1.569
Recuperação de encargos e despesas	7.982	22.919	42.294
Atualização de depósito em garantia	11.632	24.316	18.628
Outras rendas operacionais	11.226	20.920	18.934
Total	<u>233.531</u>	<u>408.613</u>	<u>233.669</u>

h) Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2018	2018	2017
Constituição de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	110.694	140.368	78.092
Comissões crédito consignado	40.302	69.696	154.800
Provisão para imparidade de outros ativos	22.013	22.013	-
Constituição de provisões para fiança	-	4.328	49.617
Taxa de processamento de crédito consignado	5.349	8.932	-
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	1.558	2.130	31.770
Despesas de capitação por emissão de controladas não sujeitas ao BACEN	877	1.752	706
IOF sobre operações de câmbio próprias	459	730	1.003
Despesas de atualização de impostos	1	227	19.864
Programa de remuneração e retenção de funcionários	22.292	22.292	24.390
Outras despesas	39.786	51.733	9.269
Total	<u>243.331</u>	<u>324.201</u>	<u>369.511</u>

i) Despesas de pessoal

	2º Semestre 2018	2018	2017
Salários	57.331	110.802	165.882
Encargos sociais	17.256	33.057	52.709
Benefícios	10.683	20.573	24.655
Honorários da diretoria	9.912	16.831	16.010
Outros	498	871	928
Total	<u>95.680</u>	<u>182.134</u>	<u>260.184</u>

j) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2018	2018	2017
Despesas de serviços de terceiros	24.028	42.144	41.666
Despesas de amortização e depreciação	11.880	24.129	29.937
Despesas de aluguéis e taxas	7.079	15.145	21.206
Despesas de processamento de dados	9.161	16.808	16.940
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.352	8.964	13.454

Despesas de manutenção e conservação	2.875	5.102	6.340
Despesas de transportes e viagens	996	2.799	4.154
Despesas de propaganda e publicidade	381	741	2.305
Despesas de comunicações	766	1.598	1.880
Despesas de promoções e relações públicas	312	600	1.296
Outras despesas	9.348	20.342	17.913
Total	<u>71.178</u>	<u>138.372</u>	<u>157.091</u>

k) Despesas tributárias

	2º Semestre 2018	2018	2017
Despesas de contribuição à COFINS	6.901	13.397	18.255
Tributos federais, estaduais e municipais	3.209	5.867	9.602
Despesas de impostos s/ serviços de qualquer natureza	1.199	2.445	3.297
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	1.123	2.180	2.974
Total	<u>12.432</u>	<u>23.889</u>	<u>34.128</u>

l) Resultado não operacional

Refere-se a resultados obtidos na venda de bens próprios, BNDU e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	2º Semestre 2018	2018	2017
Resultado na alienação de bens	(7.980)	(4.785)	8.218
Despesa de provisão para ajuste do valor de realização de bens	(23.380)	(20.277)	(65.930)
Outros	231	(2.262)	1.287
Total	<u>(31.129)</u>	<u>(27.324)</u>	<u>(56.425)</u>

27. ACORDO DA BASILEIA

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 8,625% mais o adicional de capital principal de 1,875% (totalizando 10,50%) válidos para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

	Basileia III	
Cálculo do Índice de Basileia Prudencial	Dezembro/18	Dezembro/17
Patrimônio de Referência Nível I	1.394.175	1.454.212
- Capital Principal	1.122.939	1.222.652
- Bônus Perpétuo	271.236	231.560
Patrimônio de Referência Nível II	596.764	814.779
- Dívida Subordinada	596.764	814.779

Patrimônio de Referência - Prudencial	1.990.939	2.268.991
Risco de Crédito	768.548	620.810
Risco de Mercado	100.711	44.635
Risco Operacional	78.242	70.541
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	947.501	735.986
Índice de Basileia (%)	18,12	28,53
Índice de Capitalização Nível I	12,69	18,29
Índice de Capitalização Nível II	5,43	10,24

28. AVAIS E FIANÇAS PRESTADAS

- a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.558.654 (Dezembro/17 - R\$ 1.456.414) e apresentam a seguinte concentração:

MÚLTIPLO E CONSOLIDADO				
	Dezembro/18	%	Dezembro/17	%
Maior tomador de fiança	214.005	13,73	201.263	13,82
10 Maiores fianças	932.312	59,81	742.437	50,98
20 Maiores fianças	1.183.023	75,90	992.170	68,12
50 Maiores fianças	1.466.033	94,06	1.290.149	88,58

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 63.079 (Dezembro/17 – R\$ 152.863), registrada na rubrica “Outras obrigações diversas” (nota 20). Durante o segundo semestre de 2018, o Banco reclassificou o montante de R\$ 93.445 de Provisão para garantias prestadas para Provisão para contingências cíveis, em função de discussão judicial que a classifica como perda provável (nota 21f).

- b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 1.026 (Dezembro/17 – R\$ 43.075) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 7a).

29. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centraliza o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução CNM nº 4.557/17. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Circular nº 3.678/13 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e o

relatório de Estrutura Gestão de Riscos que dispõe sobre a estrutura e responsabilidades e seu contexto dentro do CCB Brasil.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos.

A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o *CRO – Chief Risk Officer* como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades, testes de estresse, o “*Value-at-risk*” (incluindo testes de aderência e validações), EVE- *Economic Value of Equity* e NII – *Net Interest Income*.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez da Instituição consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que a Instituição tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no curto e longo prazos.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no curto quanto no longo prazo.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no curto e longo prazo;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados ao Comitê de Tesouraria semestralmente para tomada de ações corretivas e preventivas.

O CCB Brasil apresenta em seu Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações, contudo o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 7.246.134 (Dezembro/17 - R\$ 6.740.611), que mesmo classificados no ativo realizável a longo prazo representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, além disso, parte dos passivos circulantes, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 5.221.660 (Dezembro/17 - R\$ 5.469.289), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

Dezembro/2018			
	Liquidez Nominal	Reclassificação por Liquidez Efetiva	Liquidez Ajustada
Ativo Circulante	7.818.228	7.246.134	15.064.362
Passivo Circulante	(18.258.851)	5.221.660	(13.037.191)
Saldo Líquido	(10.440.623)	2.024.474	2.027.171

Dezembro/2017			
	Liquidez Nominal	Reclassificação por Liquidez Efetiva	Liquidez Ajustada
Ativo Circulante	6.403.326	6.740.611	13.143.937
Passivo Circulante	(14.046.264)	5.469.289	(8.576.975)
Saldo Líquido	<u>(7.642.938)</u>	<u>1.271.322</u>	<u>4.566.962</u>

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

c) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	Dezembro/18	Dezembro/17
Aplicações no mercado aberto	2.654.995	53.008
Disponibilidades	40.427	93.107
Aplicações em moedas estrangeiras	170.871	190.936
Total	<u>2.866.293</u>	<u>337.051</u>

Conselho de Administração

Presidente:	Xilai Feng
Membros do Conselho:	Fanggen Liu Qiuyue Fang Liping Shang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

Diretoria

Diretores Vice-Presidente:	Yongdong Jiang (Presidente em exercício) Hong Yang Milto Bardini Paulo Celso Del Ciampo
Diretores:	Carlos José Roque Francisco Edênio Barbosa Nobre Claudio Augusto Rotolo

Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid